

A “MUTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA” NEOLIBERAL E O SUJEITO GOVERNÁVEL DO NEOLIBERALISMO

THE NEOLIBERAL “EPISTEMOLOGICAL MUTATION” AND THE GOVERNABLE SUBJECT OF NEOLIBERALISM

*André Constantino Yazbek*¹

RESUMO: Mobilizando a análise crítica do neoliberalismo por Michel Foucault, o presente artigo pretende delimitar a racionalidade específica do governo neoliberal a partir da “mutação epistemológica” do saber da economia política em sua relação com novas formas de exercício do poder e de constituição de modalidades de assujeitamento.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault; neoliberalismo; saber; poder; governo.

ABSTRACT: Mobilizing Michel Foucault's critical analysis of neoliberalism, this article aims to delineate the specific rationality of neoliberal governmentality based on the “epistemological mutation” of political economy knowledge in its relation to new forms of power exercise and the constitution of modes of subjectivation.

KEYWORDS: Michel Foucault; neoliberalism; knowledge; power; governmentality.

¹ Mestre e Doutor em Filosofia pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo realizado parte de seu doutorado na École Normale Supérieure de Paris (ENS). Também possui Pós-doutorado em Filosofia pela École Normale Supérieure de Lyon (ENS-Lyon). Além de diversos artigos publicados em revistas especializadas, é autor dos livros *Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault* e *10 Lições sobre Foucault*. Atualmente, é professor do Departamento de Filosofia (GFL) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PFI) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1 Introdução.

Talvez eu devesse corrigir ligeiramente o título de minha fala: mais precisamente, pretendo tratar de uma “mutação *político-epistemológica*” neoliberal, - uma mutação na ordem do saber da economia-política, mas com implicações decisivas nos modos de exercício do governo de indivíduos e populações. Notem que estou assumindo uma perspectiva foucaultiana: em Michel Foucault, com efeito, *saber* e *poder* são absolutamente coextensivos, de sorte que o “poder produz saber” e, portanto, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 30). Em especial em sua análise crítica do liberalismo e do neoliberalismo, realizada em fins da década de 1970 em dois de seus cursos ministrados no *Collège de France*, intitulados *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault dispõe de uma noção que se tornará central para sua análise genealógica das formas históricas do poder: trata-se da noção de “governo” ou “governamento”, a ser entendida como a maneira pela qual se estrutura o campo de ação eventual de outrem. Assim, dirá Foucault, exercer poder “consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar probabilidades”, o que significa que se trata de uma compreensão do poder segundo a qual ele “é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’. [...] Governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Essa noção de “governo” como condução de condutas, ordenamento de um campo possível de ações possíveis, dará origem a um neologismo construído por Foucault: *governamentalidade*, ou seja, o campo variável e estratégico das diversas “racionalidades governamentais” historicamente instituídas. Aqui, “governo” ou “governamentalidade” não são exatamente sinônimos de “governo” de Estado. Ao contrário, da perspectiva da genealogia foucaultiana pode-se dizer que o Estado é antes o *efeito*, e não a origem, de relações diversas de governo (tais como o governo das almas, o governo da casa, o governo dos doentes, o governo das comunidades, etc.); relações que, por sua vez, foram paulatinamente incorporadas às formações dos estados modernos (KELLY, 2014, p. 477). Portanto, e segundo Foucault, o Estado “é o correlato de uma certa maneira de governar” (FOUCAULT, 2008, p. 09).

A partir dessa perspectiva, tipicamente foucaultiana, o problema consistirá então em saber “como se desenvolve essa maneira de governar

[da qual o Estado é um correlato], qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas [...]” (idem). Assim, a crítica política foucaultiana não faz do Estado o universal político e, em consequência, não o toma como um dado de partida de sua investigação, mas antes procura analisá-lo como o resultado histórico de um conjunto de práticas de governo regidas por uma dada lógica de governamentalidade. Nesta medida, trata-se de compreender a lógica e as modalidades estratégicas de “governo dos homens” na medida em que elas se apresentam como exercício de uma soberania política (idem, p. 3).

Ora, é justamente a temática e o problema do governo que estarão no centro das análises de Foucault no momento em que o neoliberalismo, como forma de governamentalidade “atual”, se tornará o objeto específico de sua atenção, mormente em *Nascimento da Biopolítica*. Elas derivam da exploração da biopolítica por Foucault, isto é, do tema do governo da vida pelo poder político, sobretudo o estatal, que desde a modernidade crescentemente se ocupa da gestão populacional naquilo que caracteriza a administração de suas forças vitais (taxas de natalidade, de fecundidade, de mortalidade, de epidemias etc.), fazendo da “saúde do corpo político” uma das funções administrativas do Estado (MENDIETA, 2014, p. 42). Em consequência, em Foucault o neoliberalismo é uma prática de governo no sentido de governo, quer dizer, uma forma de exercer controle regulatório sobre as populações tendo-se em vista uma modalidade específica de individuação obediente, um meio de estruturar e gerir suas condutas e, portanto, de conformá-las a uma racionalidade “empreendedora” e “concorrencial” que fabrica uma ideia de “liberdade” antagônica à dimensão comum da existência propriamente política. E é igualmente por essa razão que o neoliberalismo é também um meio de (re)modelar o exercício dos poderes públicos em favor de uma lógica que concorre para o esvaziamento de sua substância propriamente “democrática”². Em suma, o neoliberalismo é uma prática de poder

² Trata-se do que Wendy Brown tem chamado, valendo-se igualmente de uma interlocução com Foucault, de “desdemocratização” das democracias liberais: “Meu argumento não é apenas que os mercados e o dinheiro estão corrompendo ou degradando a democracia, que as instituições e os resultados políticos estão sendo cada vez mais dominados pelas finanças e pelo capital corporativo, ou que a democracia está sendo substituída pela plutocracia - governo pelos e para os ricos. Em vez disso, a razão neoliberal, onipresente hoje em dia na administração pública e no local de trabalho, na

como governo que se poderia caracterizar a partir da fabricação e consumo das “liberdades” necessárias ao seu funcionamento nos quadros da racionalidade do mercado concorrencial (FOUCAULT, 2008, p. 88), - o que significa que a defesa da construção do “mercado livre” não deve ser entendida em termos de “menos governo”, mas sim no sentido de um tipo *diferente de governo*, aquele que intervém ativamente para a constituição do mercado concorrencial como princípio operatório de gestão do próprio Estado e dos poderes públicos em geral (quando não, como veremos, da totalidade da vida social) (idem, p. 331).

Este conjunto de noções foucaultianas e sua perspectiva sobre as relações de poder como governo explicam, em boa parte, a grande influência que Foucault tem exercido sobre o debate contemporâneo acerca do neoliberalismo, - a ponto de ter se tornado, como observará Christian Laval, “novamente um autor politicamente muito presente na nova conjuntura intelectual” (LAVAL, 2020, p. 28). Aliás, a própria noção foucaultiana de “governamentalidade” acabou por consolidar-se como uma perspectiva crítica central no debate acadêmico e militante de resistência ao neoliberalismo (idem), - ainda que uma tal noção comece a ser questionada do ponto de vista de seus limites para a apreensão da violência propriamente neoliberal, como recentemente têm feito Dardot e Laval³.

jurisprudência, educação, cultura e numa vasta gama de atividades cotidianas, está convertendo o caráter, significado e operação distintamente políticos dos elementos constitutivos da democracia em econômicos. As instituições, práticas e hábitos liberais democráticos podem não sobreviver a essa conversão. Os sonhos democráticos radicais também podem não sobreviver” (BROWN, 2015, p. 17).

- ³ Em publicação recente (2023), Laval reconsidera sua trajetória de pesquisa à luz do que ele próprio chamará de um “erro de perspectiva” ocasionado, entre outras coisas, pela própria ideia foucaultiana do neoliberalismo como uma determinada forma de “racionalidade governamental”: “[...] as análises de Foucault que nos fizeram avançar tinham como limite esvaziar a dimensão de violência e de dominação estatal, fazer desaparecer a dimensão de guerra civil *que foi tão importante para ele mesmo alguns anos antes, no começo dos anos 70*. Dito de outro modo, o viés consistiu em dar crédito a uma visão da governamentalidade pela concorrência generalizada, sem dar atenção ao fato de que ela supunha uma *guerra permanente*, mais ou menos aberta, *contra todas as forças sociais, todos os adversários políticos, todos os obstáculos institucionais que poderiam bloqueá-la*. A dominação do neoliberalismo supõe a guerra, uma violência instauradora de uma ordem de mercado. E nada pode mostrar isso melhor do que o laboratório de Pinochet, no Chile, ou a guerra de Thatcher contra os

Nesse sentido, e como já assinalamos em outro trabalho (YAZBEK, 2023, p. 126), a perspectiva oferecida pelo pensamento foucaultiano foi capaz de proporcionar pelo menos dois ganhos importantes para a retomada de uma crítica ao neoliberalismo na atualidade: 1) em primeiro lugar, ao permitir uma abordagem do neoliberalismo como uma *racionalidade específica de governo*, Foucault nos permite romper com uma compreensão do fenômeno político neoliberal que o apreende no registro de uma mera reativação de “velhas teorias econômicas” do liberalismo clássico (FOUCAULT, 2008, p. 159); 2) em segundo lugar, e como ocorre habitualmente em Foucault, na condição de racionalidade específica de governo o neoliberalismo se assenta sobre uma “mutação epistemológica” (idem, p. 306) que concorre para a formação de um tipo específico de governo sobre um tipo igualmente específico de *indivíduo*, constituído justamente pelas práticas de poder ancoradas no saber da economia política a partir da figura epistêmica da “população” (LEMKE, 2017, p. 61). Por esse motivo, e como dirá François Ewald, o “único liberalismo que interessa a Foucault é o liberalismo praticado pelos economistas e não pelos teóricos da política ou da filosofia política do liberalismo” (BECKER; EWALD; HARCOURT, 2012, p. 05).

Ora, o “liberalismo praticado pelos economistas”, tal como Foucault o compreendia, implicava em uma nova “visão do homem” que é produto da instituição de uma nova matéria e um novo campo de objetos para o saber da economia política, redundando, por sua vez, em novas formas de assujeitamento no contexto mesmo da relação das populações com as tarefas administrativas do governo. Assim, sob os auspícios da prática neoliberal a economia será redefinida como uma “ciência do comportamento humano”, ou seja, o estudo da maneira pela qual uma massa de indivíduos faz a alocação de recursos raros para fins alternativos a partir da resposta que dela se pode obter no ambiente concorrencial (FOUCAULT, 2008, p. 306).

Mas é necessário, inicialmente, compreender as delimitações e diferenças genéricas entre liberalismo e neoliberalismo do ponto de vista da tarefa histórica e da lógica de poder governamental de cada uma dessas formas de saber e de racionalidade de governo. Elas devem nos esclarecer a respeito da “mutação epistemológica” aqui mencionada.

sindicatos, ou, de maneira mais geral, as campanhas políticas dos teóricos do neoliberalismo contra o socialismo, o *welfare* e o sindicalismo” (LAVAL, 2023, p. 164-165). Veremos brevemente, linhas adiante, os desenvolvimentos mais recentes das pesquisas conduzidas por Dardot e Laval no *Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas*.

2 Delimitações entre “liberalismo” e “neoliberalismo”.

Se o “neoliberalismo *não é* Adam Smith”, como dirá Foucault, é porque liberalismo e neoliberalismo se confrontam com problemas teóricos e políticos de ordem bastante diversa e, em consequência, darão lugar a modalidades diversas de governo e de formação de sujeitos obedientes. Assim, se o problema do liberalismo do século XVIII era aquele de “saber como, no interior de uma sociedade política já dada, era possível recortar, arranjar um espaço livre que seria o do mercado”, o problema do neoliberalismo contemporâneo, por seu turno, será o de “saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 181). Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo do liberalismo clássico é, a princípio, *negativo* (tratava-se de salvaguardar um espaço de *não interferência* do Estado, “liberar um espaço vazio” que será, precisamente, o do mercado), ao passo que, no caso do neoliberalismo, trata-se de um objetivo *positivo*: modelar o exercício do poder político estatal e a organização geral da sociedade pelos princípios de uma economia de mercado de tipo concorrencial. Portanto, para o “liberalismo atual”, não se trata “apenas de deixar a economia livre”, mas sim de “saber até onde vão poder se estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado” (idem, p. 160). E é por conta deste novo objetivo a ser atingido (“Será que o mercado pode ter efetivamente um poder de formalização, tanto para a Estado como para a sociedade?”) que o neoliberalismo será levado a se deslocar com relação ao liberalismo clássico, - a começar por um deslocamento concernente a uma outra compreensão do mercado na qual estará implicada também uma ruptura com a “ingenuidade” do naturalismo liberal, para o qual o próprio mercado é um “dado natural” (idem, p. 163). Assim, de uma parte o mercado não deve mais ser definido como o espaço da “troca de equivalentes”, como o era para o liberalismo clássico (espaço que pressupõe a igualdade formal dos agentes econômicos), mas sim como o espaço no qual se realiza a concorrência (o que pressupõe, ao contrário, a “desigualdade concorrencial”), e, de outra, tampouco a concorrência deve ser compreendida como um “dado primitivo”, “natural”, mas sim como “um objetivo, um objetivo que supõe, por conseguinte, uma política infinitamente ativa” (idem, p. 164). Em síntese: “A concorrência é [...] um objetivo histórico da arte governamental [neoliberal], não é um dado natural a respeitar” (idem).

Ora, é preciso notar que liberalismo e neoliberalismo, como formas de governo, se ancoram em uma lógica de poder cuja racionalidade é expressa por um saber normativo específico: como vimos, o saber da economia política. Mas, aqui, o saber econômico, que guarda um estatuto central já na arqueologia foucaultiana⁴, torna-se a chave para a compreensão do governo neoliberal em sua dupla tarefa de modelar os poderes do Estado e as relações sociais pelo princípio do mercado concorrencial. Ou seja: a economia política será, modernamente, a forma principal de saber para a introdução de uma racionalidade de governo que difere tanto das formas medievais de dominação quanto da razão de Estado típica do advento das grandes soberanias estatais, dando azo ao princípio liberal de uma autolimitação veridiccional da ação de governo segundo uma compreensão renovada das relações de vida e de produção (LEMKE, 2017, p. 61-62).

Assim, já em sua forma emergente, no liberalismo clássico do século XVIII, a economia marcara o momento de “irrupção do mercado como princípio de veridicção” do governo para fins de avaliação das ações governamentais (FOUCAULT, 2008, p. 47). Isso significa que caberá ao mercado, a partir do saber da economia política que lhe é próprio, “falsificar ou verificar a prática governamental” (idem, p. 45). Note-se bem: é este papel *veridiccional* do saber econômico junto aos poderes do Estado que permitirá ao liberalismo destituir a soberania política do campo da economia, – uma destituição que se manifesta na afirmação de uma “incompatibilidade essencial” entre a multiplicidade não-totalizável dos sujeitos de interesse e as pretensões da soberania estatal e jurídica ao controle dos processos econômicos em curso (idem, p. 383-384)⁵. Mas

⁴ Em *As palavras e as coisas* (1966), como se sabe, a economia política integra, ao lado da biologia e da filologia, o horizonte epistêmico que organiza a experiência moderna do saber a partir da constituição de um saber sobre o “homem”: “Quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando sobretudo a reflexão sobre a linguagem se faz filologia e se desvanece esse *discurso* clássico em que o ser e a representação encontravam seu lugar-comum, então, no movimento profundo de uma tal mutação arqueológica, o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece” (FOUCAULT, 2000, p. 430).

⁵ Daí singular interpretação de Foucault a respeito da célebre metáfora da “mão invisível” de Adam Smith, ressaltando a “invisibilidade” ou “incognoscibilidade” da totalidade do processo econômico e, portanto, a impossibilidade de um controle soberano: “nessa célebre teoria da mão invisível de Adam Smith, costuma-se sempre insistir, digamos, no lado

também aqui o neoliberalismo não apenas prolonga certos elementos do liberalismo clássico como, ademais, os desloca em direção a formas radicalizadas de “governo econômico”: pode-se então falar em uma efetiva *autocracia do mercado concorrencial* (YAZBEK, 2023, p. 131) no sentido de uma renovação da arte liberal de governo a partir das dimensões complementares da norma da concorrência e do modelo da empresa como elementos que enformam as práticas de governo e da sociedade, - o que significa que o “mercado torna-se uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo”, e não mais, como era o caso para o liberalismo clássico, um “princípio de autolimitação dos governos” (FOUCAULT, 2008, p. 339). Assim, dirá Foucault, o que “se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial” (idem, p. 201). Em outros termos, e nas palavras de Dardot e Laval, estaríamos diante de uma racionalidade de governo que se caracteriza pela “extensão, *a priori* ilimitada, de uma lógica normativa, da qual as duas dimensões distintivas são a norma da concorrência e o modelo da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 284). Assim sendo, o neoliberalismo não se caracteriza pela absorção espontânea de todas as esferas da vida social pela economia, como se poderia supor, mas antes pela expansão ilimitada da lógica de mercado e do modelo empresarial como formas de governo, ativamente produzidos por um conjunto de reformas públicas, dispositivos de gestão e práticas comerciais (idem).

Por outro lado, se a correlação foucaultiana entre as formas do saber e as do poder exige que se faça atenção aos modos de assujeitamento para a formação de indivíduos obedientes, no caso do liberalismo e do neoliberalismo estamos diante da figura do *homo oeconomicus*, - ou do sujeito do interesse, quer dizer, do sujeito reduzido a sua atividade econômica

‘mão’, isto é, no fato de que haveria algo como uma providência que ataria todos esses fios dispersos [de interesses]. Mas creio que o outro elemento, o da invisibilidade, é no mínimo tão importante quanto o primeiro. [...] A invisibilidade é absolutamente indispensável. É uma invisibilidade que faz com que nenhum agente econômico deva e possa buscar o bem coletivo. Nenhum agente econômico, mas é necessário sem dúvida ir mais longe. Não somente nenhum agente econômico, mas *nenhum agente político*. Em outras palavras, o mundo da economia deve ser obscuro e é necessariamente obscuro para o soberano [...]. A mão invisível que combina espontaneamente os interesses proíbe, ao mesmo tempo, toda forma de intervenção, melhor ainda, toda forma de olhar sobranceiro que permitisse totalizar o processo econômico” (FOUCAULT, 2008, pp. 380-381).

segundo o critério utilitarista: não mais o sujeito de direito (com suas prerrogativas legais), mas o sujeito da troca como atividade do mercado. Mas se o *homo oeconomicus* do liberalismo clássico encarnava o “parceiro da troca” econômica no âmbito do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 130), o *homo oeconomicus* neoliberal não é exatamente o “homem da troca”, mas seu próprio *capital concorrencial* (ou seja, sua própria “fonte de renda”⁶), consubstanciado em uma modalidade de assujeitamento na qual se trata, como dirão Dardot e Laval, de “produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Este *homo oeconomicus* neoliberal, como modalidade de individuação obediente, forma justamente o âmbito ou a matéria governável do poder, ou seja, uma superfície de governo no qual o exercício do governo se regula pelo princípio da economia de mercado: o “indivíduo só vai se tornar governamentalizável, só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008, p. 345). Ora, é essa matéria governável que está aqui sendo reformulada pelo neoliberalismo, e isso justamente a partir de (re)afirmação da liberdade concorrencial, atomizada, que constituiu agora a “nova” realidade do indivíduo: o governo neoliberal, ainda mais do que o liberalismo clássico, parece ser capaz de converter a própria “liberdade” em instrumento pelo qual os indivíduos são governados ou dirigidos (ou mesmo se autogovernam) por meio da lógica do mercado concorrencial (idem, p. 368-369).

Neste sentido, não sendo mais a “liberdade” um dado natural ou uma “região já pronta que se teria de respeitar” (à maneira do liberalismo clássico), é necessário *fabricá-la e consumi-la* a todo instante por meio do sujeito de interesse (“átomo de interesse insubstituível e irreduzível” (idem, p. 397)), - com todos os custos inerentes a esta fabricação, e que se traduzem pela formação de toda uma série de dispositivos de segurança e arbitragem

⁶ “Na concepção clássica do *homo oeconomicus*, esse homem econômico era o quê? Pois bem, é o homem da troca, o parceiro, um dos dois parceiros no processo de troca. No neoliberalismo [...] também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 130).

das liberdades⁷. Evidentemente, esta espécie de “liberdade neoliberal” é a modalidade de assujeitamento típica do *empresário de si-mesmo*, quer dizer, de uma modalidade de existência na qual a própria vida, na totalidade de suas manifestações, está indexada à norma do mercado concorrencial: aqui, o verdadeiro sujeito econômico não é o homem da troca, o consumidor ou o produtor, mas a *empresa*, - entendida não exatamente como uma instituição, mas sim como “certa maneira de se comportar no campo econômico” (idem, p. 240).

Assim, se já o liberalismo deve ser compreendido como uma prática governamental para a qual a “liberdade” se insere na governamentalidade não exatamente como direito dos indivíduos contra os abusos do soberano, mas, ainda mais fundamentalmente, como elemento indispensável ao próprio exercício do governo como “fabricação” e “consumo” de liberdades, esta mesma lógica exigirá, da parte do neoliberalismo, a formação multiplicada de mecanismos de controle que não são apenas o “contrapeso necessário à liberdade”, mas antes o “seu *princípio motor*” (idem, p. 92). *Liberdade e segurança*, como dirá Foucault: os dispositivos de segurança constituem peça central da política dos estados liberais modernos e, nesta medida, representam o paradoxo da evocação contemporânea da “liberdade”⁸. Estamos, portanto, no âmbito da produção de “liberdades” a serem geridas, consumidas e refabricadas pelo governo neoliberal, de sorte que, neste caso, os sujeitos de direito sobre os quais se exercia a soberania política são convertidos em uma população ou em uma massa de indivíduos a ser administrada em termos securitários (idem, p. 30). Como bem notou Thomas Lemke, portanto, na análise foucaultiana da relação entre governos liberais e Estado de direito não há um “conflito normativo” entre *liberdade*

⁷ “Problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção. Os acidentes individuais, tudo o que pode acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja esta coisa que chega de todo modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade” (FOUCAULT, 2008, p. 89).

⁸ “Liberdade e segurança - é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo” (FOUCAULT, 2008, p. 89).

e *segurança*, mas justamente o contrário: ambos são “pares constitutivos da governamentalidade liberal”, quer dizer, “são elementos de uma única tecnologia de governo” (LEMKE, 2017, p. 71).

Não surpreende, nesse sentido, os usos francamente autoritários da retórica da defesa da “liberdade” por parte de governos ou grupos políticos de extrema direita que parecem destinados a pôr fim à coexistência entre capitalismo e democracia liberal⁹, - uma coexistência outrora parcialmente assegurada por um sistema político assentado naquilo que a Europa convencionou denominar de *Welfare State*, ou o *Estado de Bem-Estar Social* (veleidade que dependera maciçamente da manutenção das engrenagens da exploração colonial e neocolonial e, por isso mesmo, jamais teve lugar efetivo na periferia do sistema econômico mundial). De resto, é importante ressaltar que não há nenhum compromisso orgânico entre neoliberalismo e democracia, - e é nesse sentido que Dardot e Laval haviam insistido no “caráter ao mesmo tempo *plástico e plural* do neoliberalismo”, a ponto de considerarem que a emergência atual dos extremismos de direita conformava um “novo neoliberalismo”, cuja forma política original poderia ser caracterizada pela combinação de “autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada” (Dardot; Laval, 2019). No entanto, a mais recente publicação do *Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas*, fundado pela dupla junto aos professores Pierre Sauvêtre e Haud Guéguen, vai ainda mais longe e corrige parcialmente a perspectiva anterior dos autores, reconstituindo uma história do neoliberalismo na qual se torna explícita a natureza eminentemente violenta, estratégica e belicosa da lógica política neoliberal: o atual processo de radicalização autoritária das estratégias da governamentalidade neoliberal de controle das populações torna patente uma violência que não é o produto de sua “degeneração” ou da formação de um “neoliberalismo novo”, mas parte integrante de sua história¹⁰.

⁹ Nos referimos, evidentemente, à experiência histórica de governos tais como os do Brasil de Jair Bolsonaro, o da Turquia de Recep Tayyip Erdoğan, o da Hungria de Viktor Orban, o das Filipinas de Rodrigo Duterte e mesmo ao dos EUA de Donald Trump, agora presidente reeleito, cujas feições características foram e ainda são, em grau variado, as de uma combinação das atuais configurações de um “neoliberalismo autoritário”.

¹⁰ “Mas podemos falar simplesmente de um ‘novo neoliberalismo’ [...]? Essa hipótese serviu também como base para um grupo de estudos que nós criamos em Paris, no outono desse mesmo ano, logo após a eleição de Bolsonaro. Pensávamos, na ocasião, que estávamos lidando com uma nova fase do

Em poucas palavras: o “neoliberalismo é intrinsecamente autoritário no combate a toda vontade democrática de regular a economia de mercado” (DARDOT *et al.*, 2021, p. 90).

3 A “mutação epistemológica” neoliberal: Gary Becker e a economia como “ciência” da conduta humana.

Retomemos os dois elementos basilares desta prática governamental neoliberal, cuja efetiva ancoragem é já proporcionada por um deslocamento no saber da economia política: como vimos, se para o liberalismo clássico tratava-se de circunscrever o mercado como esfera subtraída ao controle estatal (“livre” nesse sentido, portanto), agora, com o neoliberalismo, trata-se de adotar a “liberdade de mercado como princípio e regulador do Estado”, ou seja, governar *para o mercado* em lugar de governar por causa do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 158-159); de outra parte, se o *homo oeconomicus* do liberalismo clássico era o “homem da troca”, sendo o mercado o lugar da troca de “equivalência de valores”, o *homo oeconomicus* neoliberal, na condição de modalidade específica de individuação obediente, se vê agora convertido em “capital humano”, sendo o mercado o espaço da concorrência (idem, p. 160-161). Ora, o deslocamento que nos leva do mercado como lugar da troca de equivalências para o mercado como espaço da concorrência implica algo de fundamental: para o neoliberalismo, não se trata exatamente da salvaguarda de um território livre de intervenções estatais, mas sobretudo do desmonte da moldura formal de direitos promovida por uma desregulamentação ativa que assegure a desigualdade

neoliberalismo, ou ainda com uma nova variante, que introduziria uma ruptura na história do neoliberalismo. Tratava-se de uma visão parcial, que se demonstrou falsa. Nossas pesquisas desmentiram essa primeira hipótese de trabalho. Não negamos nem a inflexão nem a diversidade de formas do neoliberalismo governamental. Mas ao falar sobre ‘novo neoliberalismo’, tínhamos uma concepção incompleta da história do neoliberalismo na sua relação com o Estado e com a violência. Também nos engajamos, com o nosso grupo de pesquisadores [*Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas*], que compreende, aliás, vários colegas brasileiros, em fazer uma ‘outra história do neoliberalismo’ ao mostrar a dimensão estratégica da guerra civil desde os anos 20 e 30, a luta feroz e determinada contra todos os ‘inimigos’ da ordem de mercado e a justificativa para o recurso à violência do Estado. Isso gerou uma publicação bem recente, *A escolha da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo*” (LAVAL, 2021, p. 13).

concorrencial. Em outras palavras: é a implantação desta dinâmica concorrencial que preside as exigências políticas de desregulamentação ativa da moldura formal de direitos para a obtenção de uma situação na qual o “essencial do mercado é a concorrência, isto é, não a equivalência, mas a desigualdade” (idem, p. 161).

Partindo desta dupla injunção do saber econômico (da liberdade do mercado concorrencial como princípio enformador e regulador do Estado e da conversão do *homo oeconomicus* clássico em seu próprio “capital humano”), Foucault investiga tanto o ordoliberalismo alemão da “Escola de Freiburg” quanto o neoliberalismo estadunidense da “Escola de Chicago”.

No caso do ordoliberalismo alemão, trata-se da primeira manifestação histórica do projeto neoliberal de fazer da economia de mercado concorrencial o princípio ou o modelo para a reforma e a regulação do Estado. Neste sentido, sua característica é a da promoção de um conjunto de intervenções políticas para a produção ativa de um “ambiente concorrencial” ou uma situação de “concorrência pura” (contrariando, como vimos, a perspectiva naturalista do liberalismo clássico, para o qual o mercado é entendido como um dado natural a respeitar). Daí que o ordoliberalismo seja, com efeito, um *neoliberalismo interventor* (o que revela já em sua origem a falácia da retórica neoliberal de não intervenção) cujo objetivo não é o de intervir diretamente sobre os processos de mercado, mas antes o de dar forma ao ambiente no interior do qual tais processos funcionam, - aqui, a “sociedade”, ela própria, torna-se o alvo e o objeto da intervenção governamental no sentido de conformá-la, a partir da atividade econômica, ao modelo da unidade empresarial. Em suma, o “ordoliberalismo [...] projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em torno da revalorização da unidade ‘empresa’ como agente econômico fundamental” (idem, p. 242).

Mas, do ponto de vista da *mutação epistemológica* que nos interessa e de sua relação com o *sujeito governável* do neoliberalismo, o acento da análise foucaultiana recairá sobre o neoliberalismo estadunidense, cujo exemplo lapidar é o da “Escola de Chicago”, - e em particular a obra de Gary Becker, que representa um decisivo aporte à governamentalidade neoliberal na medida em que sua teoria faz da economia um saber sobre o governo das condutas em geral, sempre indexado à moldura do mercado concorrencial. Neste sentido, Becker é um autor central para Foucault na medida em que sua teoria econômica explícita e mobiliza intensa e extensamente o fundo antropológico do paradigma neoliberal de apreensão de cada indivíduo, positiva e normativamente, como capital empreendedor e autoinvestidor,

responsável por sua própria “liquidez” e “valorização” em um ambiente concorrencial que o opõe a outras unidades empresariais.

Assim, da perspectiva foucaultiana, para a qual o neoliberalismo é uma dada tecnologia de governo, a “Escola de Chicago”, e ainda mais a obra de Becker, serão a expressão extremada da tendência alemã à generalização da lógica do mercado concorrencial e da “forma empresa” no interior do corpo social, mas com uma diferença que constitui sua singularidade: neste caso, a forma econômica do mercado concorrencial será expandida a ponto de colonizar setores da vida social que a princípio eram absolutamente exteriores e irreduzíveis às trocas monetárias. Dito de outro modo: se a marca constitutiva do ordoliberalismo alemão fora a conjugação da valorização da lógica da “concorrência pura” com um conjunto de medidas de intervenção estatal que visavam à realizá-la (inclusive compensando seus efeitos deletérios), no caso da “Escola de Chicago”, por sua vez, sua característica fundamental será a sua capacidade de promover a mais ampla generalização da racionalidade de mercado, de sorte a alcançar, por meio da teoria do “capital humano”, territórios até então tidos como não-econômicos (idem, p. 337).

Neste sentido, a teoria do “capital humano”, em seu desenvolvimento ampliado pelo neoliberalismo estadunidense, articula dois processos combinados de funcionamento do governo neoliberal: a) de uma parte, como vimos, a incursão da análise econômica em campos até então inexplorados (mormente os da educação, das relações familiares e da criminalidade), com a possibilidade de integração de âmbitos cada vez mais vastos da existência humana no interior da lógica concorrencial (idem, p. 302); b) de outra parte, uma “teoria do indivíduo” que o compreende no sentido da posse *de si* para fins de alocação *de si mesmo* como recurso a ser investido no mercado concorrencial, o que implica justamente a constituição do tipo de modalidade de subjetivação assujeitada do empreendedor de si (idem, p. 306-307). Por esta via, o problema do “trabalho” será reinserido na análise econômica, mas a partir de uma perspectiva diversa da perspectiva clássica: “estamos aqui na antípoda de uma concepção da força de trabalho que deveria se vender a preço de mercado a um capital que seria investido numa empresa”, posto que se trata agora de uma “concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (idem, p. 309-310).

Ora, é este elemento de generalização da racionalidade da lógica do mercado concorrencial para todos os setores da vida social (inclusive aqueles que aparentemente não se deixam reduzir às relações comerciais), correlato da “nova” teoria do indivíduo proporcionada pelo saber da economia, que constitui o ponto chave da leitura do neoliberalismo estadunidense por Foucault. O que está em jogo aqui, sobretudo na obra de Becker, é uma compreensão renovada do *homo oeconomicus* que deriva de uma renovação do próprio saber econômico, no sentido de que o objeto geral da economia, via de regra definido como sendo o estudo da “alocação ótima de recursos raros a fins alternativos”, poderá ser redefinido por Becker como sendo, nos termos de Foucault, o de uma “ciência da sistematicidade das respostas [do agente] às variáveis do meio” (idem, p. 368)¹¹. Assim, dirá Foucault, o problema, a princípio metodológico, da legitimidade da aplicação do modelo econômico do mercado concorrencial como grade de inteligibilidade da totalidade da vida social encerra um problema ainda mais fundamental, a saber, o de (re)definir toda conduta racional, qualquer que seja ela, como objeto possível de uma análise econômica: “Será que, afinal de contas, a economia não é a análise das condutas racionais, e será que toda conduta racional, qualquer que seja, não decorreria de algo como uma análise econômica?” (idem, p. 367).

Retornamos, aqui, à “mutação epistemológica” evocada linhas acima: modifica-se o domínio de objetos e o campo de referência do próprio saber da economia, que passa a ser uma *ciência da conduta humana* em geral, de sorte que a “análise econômica poderá perfeitamente encontrar seus pontos de ancoragem e sua eficácia se a conduta de um indivíduo corresponder a cláusula de que a reação dessa conduta não é aleatória em relação ao real” (idem). Ora, redefinido nesse sentido, o objeto da análise econômica pode se estender até mesmo para as condutas “não racionais”, quer dizer, para condutas que não visam exatamente à alocação otimizada de recursos escassos para fins determinados (idem). Assim sendo, Becker acaba por

¹¹ Segundo o próprio Gary Becker, a “associação combinada entre maximização do comportamento, equilíbrio do mercado e preferências estáveis, utilizada de forma implacável e inflexível, forma o coração da abordagem econômica tal como eu a vejo”, e é esta associação que confere à ciência econômica o “fundamento estável para gerar previsões sobre as respostas às mudanças nas variáveis” introduzidas no campo de ação do agente (BECKER, 1990, p. 5). Nestes termos, Becker pôde concluir que a “abordagem econômica era aplicável a todo o comportamento humano” (idem, p. 8).

fazer com que toda conduta sensível às variações do meio seja um objeto passível de análise econômica, integrando ao campo do saber econômico toda uma série de “técnicas comportamentais” (cuja matriz se encontraria no behaviorismo de Skinner) que consiste não exatamente em realizar a análise do “significado das condutas”, mas sim em “saber como um dado jogo de estímulos poderá, por mecanismos ditos de reforço, acarretar respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual será possível introduzir outras variáveis de comportamento” (idem, p. 368). Ou ainda: “toda conduta que responda de forma sistemática a modificações nas variáveis do meio – em outras palavras, como diz Becker, toda conduta ‘que aceite a realidade’ – deve poder resultar de uma análise econômica” (idem).

Portanto, uma vez mais estamos diante deste outro elemento, tipicamente estadunidense, que conforma boa parte dos deslocamentos sofridos pelo liberalismo clássico a partir do neoliberalismo atual: se o *homo oeconomicus* clássico fora o elemento sobre o qual o poder soberano não poderia ter a pretensão de governar – a lógica da realização dos múltiplos interesses dos agentes econômicos é, por princípio, “ingovernável”, posto que se trata de um “elemento intangível em relação ao exercício do poder” –, com o neoliberalismo este mesmo *homo oeconomicus*, de estatuto renovado, aparece justamente como “aquele que é eminentemente governável” (idem, p. 369), elemento a ser gerido por uma peculiar forma de governo que fabrica as “liberdades” indispensável ao seu próprio exercício. Em síntese: “De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (idem). Na passagem de um a outro, portanto, o *homo oeconomicus*, compreendido agora como o “empresário de si” (modalidade de assujeitamento tipicamente neoliberal), forma a superfície e o elemento governável do poder, segundo uma racionalidade governamental na qual a “empresa” tornou-se a norma pela qual o indivíduo deve se *fazer sujeito*: “cada um é chamado a agir como uma empresa de si mesmo, o que não se faz sem envolver certo tipo de relação com os outros – a saber, uma relação de concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 293).

Neste ponto, estamos no centro do problema foucaultiano da articulação entre os aspectos epistemológico e político do problema das relações entre saber e poder na ordem da governamentalidade neoliberal. Não se trata apenas de (re)afirmar que o neoliberalismo não é exatamente a redução do Estado ou uma diminuição de sua espessura de poder (mas antes o triunfo de um Estado a serviço da economia do mercado concorrencial),

mas, igualmente, de compreender o tipo de sujeito governável produzido pelo saber da economia política neoliberal na medida em que se modifica seu domínio de objetos e seu campo de referências. Assim, a mutação epistemológica produzida pelo neoliberalismo estadunidense nos leva da *análise dos processos econômicos* à *análise da racionalidade interna, calculável e programada, do comportamento do homo oeconomicus*. E esse “novo” *homo oeconomicus*, por sua vez, objeto do saber da economia neoliberal, é justamente a “interface do governo e do indivíduo”: a “superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*” (idem, p. 345-346).

4 Considerações finais.

Da perspectiva da própria prática governamental e de seus efeitos deletérios com relação às franquias democráticas, deve-se ter em vista que a “liberdade” neoliberal é a forma da individuação obediente que permite a máxima extensão da lógica do mercado concorrencial para a totalidade da vida social. Neste sentido, e sendo a condição mesma do exercício neoliberal de governo, a “liberdade individual” evocada aos nossos dias é a um só tempo o sintoma da retração da esfera pública de reivindicação de justiça social e a formação de uma obediência por adesão à lógica ilimitada da acumulação de capital como modalidade subjetiva. Trata-se, portanto, de uma racionalidade de governo no interior da qual a “liberdade individual” se vê convertida no próprio instrumento pelo qual os indivíduos são governados ou dirigidos, e isso na medida mesmo em que se compreendem como seu próprio capital-investimento. Daí que a “liberdade individual” possa conviver, perfeitamente e sem nenhuma contradição, com práticas autoritárias de governo: convertida em matéria e campo de incidência para o exercício atual do poder, a liberdade da qual nos falamos deve ser apreendida no quadro mais amplo do caráter histórico e regressivamente antidemocrático do neoliberalismo. Em consequência, se em nossos dias a retórica da defesa da “liberdade” tornou-se um elemento ordinário dos discursos autoritários, isso se deve ao fato de que se trata, precisamente, de interditar a possibilidade mesma do exercício da soberania popular sobre os processos político-econômicos em curso.

Assim, já não surpreende que o neoliberalismo seja capaz de articular formas autoritárias de governo com a sujeição do conjunto da vida social ao modelo de negócios do capital, tendo por resultado a combinação

entre uma crescente degradação das políticas sociais e um incremento igualmente substantivo da violência material do Estado. Na atualidade de suas formas mais extremadas, a racionalidade do governo neoliberal parece conjugar a aposta irresponsável na exploração ilimitada de recursos de toda sorte (naturais e humanos) com a lógica fiscalista da degradação progressiva das políticas sociais, sustentada em nome de uma política de austeridade a partir do pretexto da crise financeira dos Estados. Ocorre que a crise se tornou já um modo de governo sob a forma da chantagem e da violência política neoliberal: “nada de direitos se não houver contrapartidas” (YAZBEK, 2020, p. 2).

Portanto, não um “menor Estado”, um “menos” *de* poder ou uma menor espessura de seu exercício – como pretende a vulgata liberal e neoliberal –, mas antes um Estado cuja forma de soberania, desconectada de qualquer atribuição prática da garantia de um contrato-social que fosse capaz de promover a integração efetiva dos mínimo-assalariados no espaço público, é reconvertida, regressivamente, à dimensão arcana de suas funções assassinas. Nestes termos, digamos que o neoliberalismo é a destituição da soberania econômica para a reativação regressiva e o triunfo da soberania em sua função primordial de requerer a morte (e isso por meio da produção de um exército de populações inassimiláveis). Assim, a requalificação da violência soberana talvez seja a marca atual do neoliberalismo. Mas isso já seria assunto para um outro momento.

Referências Bibliográficas.

BECKER, Gary. *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

BECKER, Gary; EWALD, François; HARCOURT, Bernard. “Becker on Ewald on Foucault on Becker American Neoliberalism and Michel Foucault’s 1979 ‘Birth of Biopolitics’ Lectures”. *Law & Economics Working Paper*. Chicago: University of Chicago Law School, n. 614, 2012.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: neoliberalism’s stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. “Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 27, n. 1, p. 275-315, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/PsJH4bJHfGzmKnPmFHM9hDR/>. Acesso em: 12.12.24.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. “Anatomic du nouveau libéralisme”. *Viento Sur*, jun. 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 10.12.24.

DARDOT, Pierre; GUEGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil. Uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, P.; Rabinow, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KELLY, Mark. “State”. In: LAWLOR, Leonard; NALE, John (ed.). *The Cambridge Foucault lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bordieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2020.

LAVAL, Christian. “Neoliberalismo por Christian Laval: entrevista à Revista Aurora”. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 5-32, jun.-set. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/55959>. Acesso em: 15.12.24.

LAVAL, Christian. “Governamentalidade e violência neoliberal”. In: CASTELO BRANCO, Felipe de Oliveira; YAZBEK, André Constantino (orgs.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. São Paulo: Ruptura, 2023.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Ed. Filosófica Politéia, 2017.

MENDIETA, Eduardo. “Biopolitics”. In: LAWLOR, Leonard; NALE, John (coords.). *The Cambridge Foucault Lexicon*. Cambridge University Press, New York, 2014.

YAZBEK, André Constantino. “Ou a vida ou o lucro: a disjuntiva neoliberal e a gestão política da morte em tempos de pandemia”. *Vóluntas: Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, v. 11, e47, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/44004>. Acesso em: 10.01.25.

YAZBEK, André Constantino. “A lógica normativa do saber neoliberal: a individuação obediente e a autocracia do mercado concorrencial”. In: CASTELO BRANCO, Felipe de Oliveira; YAZBEK, André Constantino (orgs.). *Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia*. São Paulo: Ruptura, 2023.